

**A investigação científica nas instituições do ensino superior em Cabinda:
os dilemas da produção, financiamento e divulgação**

**Scientific research in higher education institutions in Cabinda:
the dilemmas of production, financing and dissemination**

**Investigación científica en instituciones de educación superior en Cabinda:
los dilemas de producción, financiamiento y difusión**

Joaquim Paka Massanga¹

Xavier Alfredo da Silva Futi²

Resumo: O presente artigo descreve a relação entre a investigação científica e as instituições de ensino superior do país (Angola), em particular na província de Cabinda. Apresenta reflexões da situação atual nas instituições de ensino superior no concernente a investigação científica e os dilemas da produção, financiamento e divulgação dos resultados das produções científicas de seus professores e investigadores. Tendo apontado não existirem da parte do Estado políticas devidamente definidas para o apoio a Investigação e a publicação dos resultados, e, como tal, embora exista uma vasta legislação sobre a investigação, denota-se passividade nas políticas públicas do Estado, e, principalmente no quesito infraestruturas que as instituições do ensino superior Cabinda em particular, padecem. Por outro, muitas das produções académicas e investigativas realizadas não são divulgadas por falta de oportunidades e meios para uma ampla divulgação e circulação, por não existirem incentivos (financiamentos) e mecanismos de difusão das investigações. Salienta-se que de forma precária vai se notando esforços individuais de pesquisadores locais que buscam publicar as suas produções para a divulgação.

Palavras-chaves: Investigação Científica. Incentivo e Financiamento. Produção e Divulgação.

Abstract: This article describes the relationship between scientific research and higher education institution in the country (Angola), particularly in the province of Cabinda. It presents reflections on the current situation in higher education institution regarding scientific research and the dilemmas of production, financing and dissemination of the results of the scientific productions of their professor and researchers. Having pointed out that there are no duly defined policies on the part of the State to support research and the publication of results, and, as such, although there is a vast legislation on research, it denotes passivity in the State's public policies, and, mainly, in the infrastructure that Cabinda higher education institutions in particular suffer from. On the other hand, many of the academic and research productions carried out are not publicized due to a lack of opportunities and means for wide dissemination and circulation, as there are no incentives (funding) and mechanisms for disseminating investigations. It should be noted that, in a precarious way, individual efforts of local researchers who seek to publish their productions for dissemination are being noticed.

Key words: Scientific investigation. Incentive and Financing. Production and Dissemination.

Resumén: Este artículo describe la relación entre la investigación científica y las instituciones de educación superior en el país (Angola), particularmente en la provincia de Cabinda. Presenta reflexiones sobre la situación actual en las instituciones de educación superior respecto a la investigación científica y los dilemas de producción, financiamiento y difusión de los resultados de las producciones científicas de sus profesores e investigadores. Habiendo señalado que no existen políticas debidamente definidas por parte del Estado para apoyar la investigación y la publicación de resultados por lo que si bien existe una vasta legislación en materia de investigación, denota pasividad en las políticas públicas del Estado, y, principalmente, en la infraestructura que sufren las instituciones de educación superior de Cabinda en particular. Por otro lado, muchas de las producciones académicas y de investigación que se realizan no son difundidas por falta de oportunidades y medios para una amplia difusión y circulación, ya que no existen incentivos (financiamiento) y mecanismos para la difusión de las investigaciones. Cabe señalar que, de manera precaria, se están notando esfuerzos individuales de investigadores locales que buscan publicar sus producciones para su difusión.

Palabras-clave: Investigación científica. Incentivo y Financiamento. Producción y Difusión.

Introdução

O presente artigo tomado como uma reflexão que urge e deriva de nossa própria experiência e vivência pelos meandros da academia local cabindense. O mesmo é também uma chamada de atenção ao grito que vem da classe dos professores e pesquisadores que clamam por mais oportunidades no que a emancipação e expansão ou divulgação dos resultados produzidos pela academia local. Entendemos que a produção do conhecimento,

quer científico e quer o empírico sensorial, é a base fundamental para a geração de novas perspectivas e objetivas sobre a realidade em que vivemos. E, assim considerando as universidades como uma das principais protagonistas no desenvolvimento das condições e gerações de ideais para fomentar a curiosidade e a produção (emergência ou visibilização) de talentos humanos capazes de mudar paradigmas tradicionais para novas abordagens tecnológicas e sociais, num momento em que o conhecimento é uma das principais fontes de libertação.

Objetivamente tem-se como foco indagar os meandros da produção acadêmica local, sua politização ou não para nos permitir compreender o estágio em que se encontram as Instituições de Ensino Superior Públicas (IESP) em cabinda. Só percebendo o estágio de estagnação destas instituições de ensino se pode propor e apontar algumas e possíveis saídas. E, pensando sobre a publicação e divulgação das produções acadêmicas e científicas realizadas nas IESP, nos remete, *a priori*, a um dos grandes questionamentos que não podem ser colocadas de parte nesse tipo de abordagem são os apresentados por Hountondji (2009, p. 121) na medida em que questiona: “quão africanos são os chamados estudos africanos?” Ou dito em e outros termos: quão africanos são os conhecimentos produzidos por africanos [...]? Ora, precisamos assim estabelecer uma linha tênue entre os conhecimentos “*sobre África*, e não necessariamente um discurso histórico proveniente de África ou produzido por africanos” (HOUNTONDJI, 2009, p. 121). E nos alerta do perigo de se pensar que “os africanos não tinham consciência da sua própria filosofia e que apenas os analistas ocidentais, que os observavam a partir do exterior, poderiam traçar um quadro sistemático da sua sabedoria” (HOUNTONDJI, 2009, p. 121). Por isso, é contumaz quando rejeita toda esta pretensa: “Contudo, não podia aceitar que o dever primeiro – e muito menos o dever único – dos filósofos africanos fosse descrever ou reconstituir a mundivisão dos seus antepassados ou os pressupostos coletivos das suas comunidades” (HOUNTONDJI, 2009, p. 121).

No entanto, o problema da pesquisa e da sua publicação vai além do uso de qualquer método ou da criação de centros de pesquisa. Mas, e também, deve-se as estratégias e utilização de meios para a sua divulgação pelos canais que permitem o acesso a essa produção; ainda assim, existe uma ideia pré-concebida que tende a minimizar os esforços dos pesquisadores e investigadores locais que de iniciativas individuais não têm cruzados os braços. Embora se entre em conflito de posicionamentos com os “de fora” da academia, representado por aqueles que alegam existir pouca produção científica por parte das instituições de Ensino Superior (sejam públicas e/ou privadas) e que tenham interesse em publicar e partilhar suas produções.

Outrossim, a falta de pesquisadores comprometidos em Angola e particularmente em Cabinda é uma questão que se torna cada vez mais válida e importante a cada dia. Alguns cépticos e críticos deste estágio de coisas, apontam a débil formação universitária obtida como responsável por não formar bons pesquisadores, embora estes alegam a falta de incentivos e canais para publicarem suas produções. Apesar disso, acredita-se que a raiz do problema não é a universidade, mas sim o incentivo por parte do estado, para com as instituições, a pesquisa não se configura na agenda do estado angolano, a formação que os estudantes recebem nos primeiros níveis de ensino (primário e médio), a escola não se forma para a pesquisa, negligenciando o ensino da leitura e da escrita. Como as ferramentas básicas de um pesquisador.

Embora a legislação angolana obrigue as instituições universitárias a investirem em pesquisa, o Estado tem desempenhado um papel passivo e de inoperabilidade na produção científica na medida que além de legislações não cria condições fatíveis e objetivas de incentivo a pesquisa. Do outro lado, queixam-se os investigadores e pesquisadores por não existirem dentro das instituições públicas uma democracia que permita a liberdade e a autonomia na escrita e na pesquisa por haver uma acerbada ou uma permanente a politização das instituições de ensino superior, procedimentos burocráticos que dificultam a investigação. Reconhecemos e precisamos alertar de que o próprio ato de escrita e da realização da pesquisa por parte de docentes e investigadores é ela mesmo em si, um ato político. E mais do que isso, vivemos um período marcado pela globalização enquanto fenômeno multifacetado, como nos fala Santos (2002, p. 26), onde se espelham contradições e tensões entre grupos hegemônicos e contra hegemônicos, buscando sempre consensos.

Não basta os títulos universitários e apelo a formações diversificadas e nas maiores universidades do mundo sem que antes se vejam e se estabeleçam as políticas públicas que respaldam no investimento a curto e longo prazo em questões de infraestruturas, apetrechamentos de laboratórios e centros de pesquisa para apoio aos trabalhos desenvolvidos por docentes, pesquisadores e investigadores em Cabinda, o que demanda uma maior organização que facilitem o surgimento de instituições viradas e moldadas para a pesquisa.

Diante disso, o próprio Estado é indolente e cúmplice da ineficiência investigativa. Mesmo as instituições dependentes do sector público, qual é a fiscalização feita nas instituições para averiguar ou alavancar o processo de pesquisa através de um ranking das instituições. Quanto a este quesito, não existe um mecanismo próprio, para tais averiguações, isto é, pelo facto de tais organismos de tutela não proporcionarem condições de funcionalidade das instituições, sobre o incentivo a pesquisa.

Será o Estado um ente passivo em relação à ciência e à pesquisa? Possui leis que protegem o desenvolvimento científico? Pode falar-se de uma ineficiência estatal para aumentar a pesquisa? Como os pesquisadores e investigadores podem desenvolver seus projetos de pesquisa e, como podem partilhar os resultados de suas produções científicas localmente ou internacionalmente? Porque o que se produz, ou seja, o resultado da produção científica local não é consumido ou não chega a ser (re)conhecido extra muros da academia cabindense e até nacional ou internacionalmente?

Abono da verdade, podemos dizer: se, por um lado, há pesquisadores amarrados em processos políticos, de outro lado, o Estado pouco ou nada propõe às academias para alavancar as pesquisas, as produções científicas como meios de resolver, ou também criar possibilidades de resolução aos muitos problemas nacionais. O ente (Estado) através da sua função legisladora faz fé e tem esperança de que os docentes e as instituições realizem investigações, mas quando estes o fazem, encontram o paradoxo que obstaculiza e dificulta o processo de divulgação e publicação dos resultados obtidos, e porque o acesso ao financiamento e editais para a divulgação é sempre eivado de muita burocracia e de processo nada transparentes. É quase raro que o Estado angolano e suas agencias financiadoras e/ou o ministério de tutela recorram às instituições de Ensino Superior para solicitar seu apoio ou que estes participem em projetos específicos de interesse público, aliada ao facto de percebermos que o interesse pela investigação ser nulo. Para que se mude esta perspectiva é necessário que os políticos africanos, no geral, deixem de considerar os investigadores e os pesquisadores como “uma ameaça devido aos nossos conhecimentos. A nossa sabedoria deve ser colocada a serviço do país” (ELA, 2016, p. 83)

Pensamos que a letargia que se vive no tocante a pesquisa, investigação e publicação ou divulgação de resultados deve fazer com que as Instituições de Ensino Superior em Cabinda atribuam à pesquisa o papel estratégico e principal que lhe corresponde na produção de novos conhecimentos, isto só é possível quando se demarcar da sugestão segundo a qual a “necessidade de integrar as ciências como fator de inovação não é aceite nos países do continente onde as competências endógenas são desconhecidas (ELA, 2016, p. 83). Somente e através de parcerias individuais ou conjuntas submeter suas produções ao crivo do interesse quer de centros de pesquisas estrangeiras, quer de entidades financiadoras estrangeiras para que se conformando as demandas.

A abordagem teórica e conceitual nos faz entender que a ciência enquanto processo debela-se em proporcionar benefício para a sociedade, sem prejuízo da contribuição decorrente de ditas pesquisas científicas, conforme Araújo (2003), e sobre a qual “o pesquisador é feito, moldado e formado”. Por isso, é necessário educar para a investigação e

para a formação de investigadores formados, que deem uma resposta útil, completa e oportuna à resolução de problemas que a própria sociedade enfrenta. É notório em Angola haver um distanciamento entre o Estado e as instituições de Ensino Superior Público em Cabinda, sendo que a grande maioria carece de infraestrutura própria, laboratórios, entre outros, para a realização de atividades de extensão e pesquisa, aliadas ao prejuízo salarial, o que desestimula a acção docente. Por isso Ela (2016, p. 84) nos alerta:

Não é benéfico ser professor de universidade [...] tendo em conta que esta carreira perdeu todo o seu sentido. O professor é em primeiro lugar um investigador, coisa que já não somos pelo facto de estarmos preocupados com questões triviais, questões de sobrevivência quotidiana (ELA, 2016, p. 84).

Um dos piores medos e *hand capes* e que não pode ser colocada de parte quando se fala da produção de conhecimento em África e em Angola em particular se deve ao fato de que muitas das atuações serem ofuscadas no embate e sob o interesse politizados, ou seja:

[...] a gravidade dos problemas da investigação em África, onde há tendência para se criar uma espécie de **proletariado de diplomados do ensino superior** no seio das universidades. [...] com efeito, ao comparar a sua vida com a dos seus antigos discípulos, que se enriquecem no governo sem fazer nada, **não há nada que estimule um professor a investir as suas capacidades de atividade científica** (ELA, 2016, p. 93. Grifos nossos).

Pois, o que se verifica é que [...] na ausência de observação, de consciência e de vontade política [...], assiste-se a uma espécie de **desmotivação e de desmobilização** dos homens e mulheres [...] que os **condena à mendicância** (ELA, 2016, p. 93. Grifos nossos).

O papel do estado na massificação da pesquisa científica

De acordo com a legislação, o tripé formado pelo ensino, pela pesquisa e pela extensão constitui o eixo fundamental da Universidade em Angola e não pode ser compartimentado.

As questões da educação em Angola são muito complexas e encontram-se em pleno processo de transição. Sendo esta uma das principais razões para as constantes mudanças do sistema educativo, mudanças essas que geram globalmente grandes oportunidades e grandes desafios. (MUALUNGA e JOSSUÉ, 2018, p.1).

Angola é um país que está em via de desenvolvimento em todos os sentidos, e nesta conformidade sabe-se que para que uma nação esteja bem desenvolvida, a educação joga um papel fundamental, e a par disso as instituições de ensino superior desempenham um papel muito importante para a formação de quadros capazes de acompanhar tal desenvolvimento. É

preciso, e longe de qualquer clivagem, se retirar o pensamento de que, por exemplo, em África, e para o grande público, os investigadores científicos não brilham devido à sua existência e à sua atividade,

aquilo que se afigura mais grave, é que tudo dá impressão de que podemos perfeitamente passar sem eles, na medida em que não se sabe exatamente aquilo que representam. Em última análise, se forem considerados perigosos, não se hesita em suprimi-los física ou socialmente criando condições que destruam as suas capacidades de investigação (ELA, 2016, p. 81).

Assim sendo, de acordo com o exposto acima, ainda assim acreditamos que a promoção da formação, da investigação científica e da extensão universitária é um elemento fundamental para se alcançar a qualidade das instituições de ensino Superior em Angola, desta feita o governo enquanto órgão reitor do processo de formação de quadros a nível do País, deve criar mecanismos que promovam a formação, a investigação científica, bem como para a extensão universitária.

Na visão do governo, por um lado, as mudanças ou reformas são impostas por entidades governamentais, que consideram em muitos casos sem o consentimento da comunidade acadêmica, sua conveniência e direcionalidade. As mudanças assim induzidas não implicam em aumento da qualidade em suas diferentes dimensões, nem no desenvolvimento individual e institucional. Pelo contrário, implicam na modificação superficial das formas, rotinas e no comportamento estranho que se expressa em que tudo que pode mudar, permanece igual. De qualquer forma, as estratégias exógenas têm contribuído fundamentalmente para o aumento das tarefas burocráticas tanto no âmbito acadêmico, administrativo e quanto investigativo, sem que isso implique o sucesso da pretensa reforma. Limita-se a realizações políticas, estruturais, funcionais e processuais específicas, expressão, mais uma vez, de uma abordagem estrutural-funcional altamente burocrática.

Embora a legislação angolana obrigue as instituições universitárias a investirem em pesquisa, o Estado tem desempenhado um papel passivo na produção científica na medida que não cria condições de incentivo a pesquisa. A falta de uma democracia nas instituições públicas, a politização das instituições de ensino superior, procedimentos burocráticos que dificultam a investigação. Sendo presente aqui também um dos motivos pelos quais, nos dedicamos a presente reflexão para assim ajudar na compreensão do modo como, no plano das intenções declaradas do estado angolano, são previstos e articulados pressupostos inerentes à formação, à investigação e à extensão universitária e seus reflexos no plano da ação organizacional.

Este trabalho surge das preocupações inerentes as atividades de ensino, investigação e extensão universitária como os pilares do Ensino Superior em Angola. O mesmo estudo

cinge-se mais ao estado da investigação nas instituições de Ensino Superior na Província de Cabinda. Quer dizer que o maior foco da nossa investigação, é de fazer uma observância sobre o estado da investigação científica nas instituições das IES na província de Cabinda.

Leis e Decretos que legitimam ou estimulam a investigação

Segundo a Lei de Base 17/16, de 7 de Outubro alterada pela Lei nº **32/20** de 12 de Agosto, no seu artigo nº 2, a Educação é um processo planificado e sistematizado de ensino e aprendizagem, que visa preparar de forma integral o indivíduo para as exigências da vida individual e coletiva. Já no seu artigo nº 3 encontrou que,

O Sistema de Educação e Ensino é um conjunto de estruturas, modalidades e instituições de ensino, por meio das quais se realiza o processo educativo, tendente a formação harmoniosa e integral do indivíduo, com vista a construção de uma sociedade livre, democrática e de direito, de paz e progresso social.

E, sabendo-se ainda que o subsistema do Ensino Superior enquanto conjunto integrado e diversificado de órgãos, instituições, disposições e recursos que visam a formação de quadros e técnicos de alto nível, a promoção e **realização da investigação científica** e da extensão universitária com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento do País, assegurando-lhes uma sólida preparação científica, técnica, cultural e humana. (ANGOLA, 2020, p.4. Grifo nosso)

O decreto presidencial 125/15 de 1 de junho, faz alusão ao regulamento das Instituições Públicas de Investigação Científica, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, que no âmbito de sua aplicação no seu artigo nº 2, no seu ponto 1 que obriga

as Instituições do Ensino Superior que devem dedicar-se de forma alternada ou cumulativo à investigação científica, ao desenvolvimento tecnológico, à inovação, à divulgação da ciência e ao financiamento das atividades científicas, isto é para as instituições Públicas (ANGOLA, 2015, p.10).

O mesmo decreto presidencial no seu artigo 13º, orienta que as instituições das IES, devem promover a cultura científica e tecnológica nas suas alíneas:

- a) Preparar quadros com alto nível de formação científica, técnica, cultural e humana, em diversas especialidades correspondentes a todas as áreas do conhecimento;
- b) Realizar a formação em estreita ligação com a investigação científica orientada para a solução dos problemas locais e nacionais inerentes ao desenvolvimento do País e inserida nos processos de desenvolvimento da ciência, da técnica e da tecnologia;
- c) Preparar e assegurar o exercício da reflexão crítica e da participação na actividade económica para o benefício da sociedade;

- d) Ministrar cursos de graduação e pós-graduação para a formação de quadros e técnicos de nível superior;
- e) Promover a investigação científica, a divulgação e aplicação dos seus resultados para o enriquecimento da ciência e o desenvolvimento multidimensional do País;
- f) Ministrar cursos de especialização, para a superação científica de quadros de nível superior;
- g) Promover a extensão universitária, através de ações que contribuam para o desenvolvimento da própria instituição e da comunidade em que está inserida;
- h) Desenvolver e consolidar a orientação vocacional e profissional com vista ao exercício de uma profissão. (ANGOLA, 2020, p.10).

E que estes devem proceder a divulgação das suas atividades científicas, a difusão de conhecimento científico, desenvolver ações de cultura científica, manter atualizada e divulgada a informação e facilitar o acesso à informação. Ainda no Artigo 16, no âmbito da liberdade de investigação, obriga as instituições a exercerem as atividades de investigação no quadro legal. Tomemos ainda para a nossa reflexão, o discurso do Presidente da República de Angola, João Lourenço, que no ato solene de abertura do ano académico de 2018 para o Ensino Superior, no Saurimo (Lunda-Sul), afirmava que “[...] só com homens e com livros, se constrói uma Nação”, isto é:

A investigação científica permite alargar as fronteiras do conhecimento, contribuindo não só para dar resposta às solicitações e necessidades do meio social e económico em que se desenvolve, mas também para garantir a qualidade do ensino. É por esta razão que deve haver, em especial ao nível do Ensino Superior, uma forte ligação entre processos de ensino e aprendizagem e a investigação, a transparência de tecnologias e a inovação (JAPÃO, 2018, s/p).

Em outro momento solene, quando visitava a República de Cuba no dia 01 de julho de 2019, na Universidade de Havana, o presidente angolano se expressa de forma imperiosa:

Pretendemos com essa Política responder ao conjunto de desafios referentes à melhoria da qualidade do nosso Sistema de Ensino, que passa por uma formação de professores mais exigente, capaz de garantir que as funções sejam asseguradas por docentes devidamente qualificados e com bom desempenho, uma área em que Cuba tem comprovada experiência e com a qual desejamos contar (CIENCIA, 2019, s/p)

Aliada aos discursos do titular do poder executivo, Meses antes do pronunciamento do PR, a responsável do Gabinete ministerial sustentou na cidade do Porto (Portugal), aos 21 de março de 2019 de que:

A competitividade entre os países, uma ferramenta indispensável para a modernização dos Estados. Para a sua efetivação, ela precisa de pelo menos dois aliados preciosos, nomeadamente a existência de uma classe de investigadores, bem identificados e devidamente apoiados, bem como o financiamento por parte das entidades públicas e privadas. A investigação científica precisa ser encarada como uma aposta de todos e não unicamente das instituições do Estado, embora seja verdade a ideia de que os órgãos do Estado devem dar o primeiro passo (JORNAL DE ANGOLA, 2019, s/p).

De realçar que tanto os discursos do presidente da República e da ministra do Ensino Superior, trazem um grande reforço sobre o processo de incentivo a formação, investigação e extensão como fatores importantes para a transformação das instituições universitárias e consequente desenvolvimento do País.

O papel das instituições universitárias (público/ privadas)

Conforme a Lei de Base 32/20 de 12 de agosto, no seu artigo nº 2, a Educação é um processo planificado e sistematizado de ensino e aprendizagem, que visa preparar de forma integral o indivíduo para as exigências da vida individual e coletiva. Quando observamos no seu artigo nº 3 encontramos que:

O Sistema de Educação e Ensino é um conjunto de estruturas, modalidades e instituições de ensino, por meio das quais se realiza o processo educativo, tendente a formação harmoniosa e integral do indivíduo, com vista a construção de uma sociedade livre, democrática e de direito, de paz e progresso social (ANGOLA, 2020, p.4).

De em conta ao acima exposto e aliada ao nosso objetivo nessa reflexão na qual buscamos uma perspectiva de conjunto integrado visando o diversificado de órgãos, instituições, que têm sobre si disposições e recursos que visam a formação de quadros e técnicos de alto nível. De modos que estes permitam promover a realização da investigação científica e da extensão universitária, contribuindo para “o desenvolvimento do País, assegurando-lhes uma sólida preparação científica, técnica, cultural e humana” (ANGOLA, 2020, p.5).

Não obstante, precisamos perceber antes as razões e as motivações que fizeram surgir as universidades no nosso país, bem como o redimensionamento a que sofreram, por exemplo, em 2009, com a criação das extintas regiões acadêmicas em Angola. Pois é preciso nos distanciarmos da ideia que revelam a “desordem das melhores criações de ensino superior forçadas a investir o seu dinamismo intelectual na procura do pão em detrimento da investigação científica nos domínios de especialização e de competência onde, precisamente, muitos foram formados nas melhores universidades ocidentais” (ELA, 2016, p. 79). Para tal,

a universidade tem sido palco de análises e debates que têm dado destaque seja ao ensino, seja à pesquisa, seja ainda à extensão. Assim, se considerados apenas em relações duais, a articulação entre o ensino e a extensão aponta para uma formação que se preocupa com os problemas da sociedade contemporânea, mas carece da pesquisa, responsável pela produção do conhecimento científico. Por sua vez, se associados o ensino e a pesquisa, ganha-se terreno em frentes como a tecnologia, por exemplo, mas se incorre no risco de perder a compreensão ético-político-social conferida quando se pensa no destinatário final desse saber científico (a sociedade). Enfim, quando a (com frequência esquecida) articulação entre extensão e pesquisa

exclui o ensino, perde-se a dimensão formativa que dá sentido à universidade (MOITA, 2009 apud MUALUNGA E JOSSUÉ, 2018, p. 2).

No entanto há uma advertência que se torna importante nesta nossa reflexão, pois nos alude sobre a necessidade da atuação do pesquisador ao se posicionar como um fazedor e um constituinte cuja presença e predominância faz a universidade, ou seja:

A compreensão sobre a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, não se restringe a uma questão conceitual ou legislativa, mas fundamentalmente, paradigmática, epistemológica e político-pedagógica, pois está relacionada às funções e à razão de ser das universidades, que se constituíram, historicamente, vinculadas às aspirações e aos projetos nacionais de educação (CÉSAR, 2013, p. 10).

Ao analisarmos os vários documentos e diplomas a respeito e sobre a pesquisa podemos observar que a premissa ensino, investigação e extensão é fundamental nas instituições de Ensino Superior não só em Angola como também em outras partes do mundo, e constitui uma preocupação para a melhoria da qualidade da educação superior. De tal sorte que se pode mesmo afirmar que a universidade é um espaço que possibilita a agregação de inúmeros saberes heterogêneos. É a base para a formação dos estudantes, para uma carreira profissional e também para estender os limites do conhecimento, intensificar a criatividade e moldar a identidade de uma nação.

A universidade africana precisa de se examinar num mundo em que a sua missão, a sua credibilidade e a sua autonomia estão postas em causa pelas mutações radicais. Aquela necessita refundar as suas relações com a ciência e a sociedade, renunciando ao isolamento na sua torre de Marfim. **A mesma deve repensar as suas estratégias de aprendizagem, bem como as suas práticas de investigação, abrindo-se às questões fundamentais das populações locais**, afim de fazer um levantamento dos desafios da mundialização dos conhecimentos no contexto africano (ELA, 2016, p. 90. Grifos nossos).

Fica claro para nós que algumas das maiores virtudes e expressões do compromisso social da universidade são identificadas por meio de suas ações de pesquisa, ensino e extensão, consideradas atividades básicas do ensino superior. E como tal,

“o exercício de tais funções é solicitado como dado de excelência na graduação, fundamentalmente voltado à formação de um profissional cidadão relacionado com a apropriação e produção do conhecimento científico e compromissado ainda com a realidade social” (NETO, 1983, p.3).

Aliamos a ideia expressa acima com a visão segundo Saraiva (2007, p. 4), de que

a extensão possibilita ao acadêmico a experiência de vivências significativas que lhe proporciona reflexões acerca das grandes questões da atualidade e, com base na experiência e nos conhecimentos produzidos e acumulados, o desenvolvimento de uma formação compromissada com as necessidades nacionais, regionais e locais [...]

Consideramos como alega Saraiva (2007) que os três fundamentos da universidade, isto é, ensino, pesquisa e extensão, propiciam experiências a discentes e docentes, e, contudo, é a extensão que faz a associação paralela imediata entre o conhecimento científico e o popular. Entretanto, “as universidades devem observar aquilo que se faz noutros locais, nos países que se orientam para experiências comuns de ensino e de investigação à escala de uma região ou de um continente” (ELA, 2016, p. 90), e assim:

[...] Talvez devessem ser criadas universidades com vocação regional esforçando-se por regionalizar a investigação, com o objetivo de promover a emergência de uma cultura de regionalização que se concretize em torno dos programas de trocas, de formação e de grupos de trabalhos (ELA, 2016, p. 91).

Entretanto, ao longo da sua existência, a universidade sempre tem dispensado um tratamento diferenciado à extensão. O ensino, por muito tempo, foi tratado de forma dicotomizada da pesquisa e da extensão, embora, em algumas instituições, a pesquisa tenha recebido uma atenção especial enquanto a extensão ocupava um espaço mais voltado para ações pontuais, com poucas verbas para a sua realização (MONTE, 2005).

Entendemos, que no papel a ser desempenhada pelas IESP, a universidade, se é imperioso estabelecer os aspetos de criatividade, pois, estes ao nosso ver poderiam ser destacados nos seguintes moldes:

- *Criatividade institucional*: onde as instituições de Ensino Superior, devem desempenhar um papel ativo no desenvolvimento das instituições. Sendo fator preponderante para tal alcance, o fato do seu desafio hoje ser de formar indivíduos capazes de buscar conhecimentos e de saber utilizá-los. Isto porque, “[...] a crescente demanda e a complexidade da vida social em geral, e em particular da província de Cabinda, exige que a universidade faça mais, na preparação e formação de profissionais competentes que buscam atualização continuamente [...]” (FUTI, 2016, p.11).

- *Criatividade docente*: Segundo Gomes e Schaffel (2006) apud Futi (2016, p.50) se veicula na importância da reflexão crítica do docente, já que o processo de investigação científica permite o aperfeiçoamento do exercício profissional, atribuindo ao professor um papel ativo na produção de conhecimentos e também na necessidade de criação de espaços de discussão nas IESP, a fim de permitir que o docente seja um ente criativo e ativo do processo. Do outro lado, existe também a *criatividade estudantil* onde e através da qual se eleva o nível de compreensão e entendimento das coisas sensíveis do conhecimento científico, ou seja, “essa ideia coloca os estudantes como produtores de conhecimentos ao invés de serem

considerados como simples consumidores de conhecimento, assim podendo aplicá-lo na sua prática profissional” (FUTI, 2016, p. 37).

Por último e não menos importante são os *incentivos* que por parte das entidades que regulam o processo de ensino como o próprio Estado, as instituições de ensino, vislumbrando-se novos horizontes para aqueles que acreditam que a investigação é um instrumento valioso na formação de um indivíduo. Quando os incentivos se tornam como premissas do desenvolvimento humano, torna-se um processo motivacional para aqueles que fazem a ciência. A criação de espaços, instituições adequadas, o incentivo remuneratório e tantos outros elementos são indicadores de melhoria da qualidade de ensino e investigação das nossas instituições.

Visibilidade e alcance dos pesquisadores e investigadores e suas produções académicas científicas das IES em Cabinda

Armai-vos com a ciência até aos dentes e ide arrancar, sem cerimônia, das mãos dos ‘usurpadores’, o bem cultural da África de que nos vimos durante tanto tempo frustrados (ELA, 2016, p. 77).

É mister entendermos para um maior posicionamento dos intelectuais (pesquisadores e investigadores) que atuam nas diversas IES públicas em Cabinda, o que na ótica de Santos (2002) se chama de “Globalização cultural ou cultura global”, pois e seguindo este raciocínio, precisamos quebrar a ideia de uma cultura global, produzindo a partir de nossos próprios lócus e apresentando as nossas idiosincrasias que agregam nas nossas produções um olhar outro sobre a humanidade, sobre a ciência e sobre o homem do nosso tempo.

E, assim, nossa luta também deve ser uma luta contra a uniformidade. Seremos capazes de oferecer aos pares nossos olhares e nossas perspectivas no que a produção académica e científica diz respeito quando se trata de África, de Angola e de Cabinda em particular. Vejamos o seguinte:

[...] a representação da África ainda está associada ao estereótipo de Estados fracos [...] na literatura, na qual o continente africano é raramente mencionado. Aparentemente, há pouco interesse no estudo de um continente que é considerado periférico [...], o empoderamento dos países africanos está limitado ao seu poder de voto nas organizações internacionais (BACH, 2005 apud MEIRA e CARVALHO, 2019, s/p).

Queremos com isso dizer que é hora de os africanos assumirem as rédeas do seu próprio destino, desmistificando toda uma cabala de estereótipos criado a volta de sua imagem e do seu continente, o que só é possível quando os intelectuais negros africanos, os

acadêmicos da África toda trazerem à luz tudo o que produzem e os colocarem à mercê de toda humanidade.

Nos apoiando às ideias de Hountondji (2009, p. 120) percebemos, no sentido de um conhecimento e ou produção de saberes em África, que “[...] um bom conhecimento do presente e da lógica dos acontecimentos na vida atual pode oferecer pontos de vistas úteis para compreender o passado” e por isso, aponta um sentido de sincronia para a diacronia e vice-versa na qual se deve alicerçar em relações similares entre as diversas disciplinas que se ocupam das realidades africanas. De tal modo, que aponta o que se pode então fazer:

a filosofia africana não devia ser concebida como uma mundivisão implícita partilhada inconscientemente por todos os africanos. Filosofia africana não era senão uma filosofia feita por africanos. Existia uma contradição na filosofia ocidental, quando esta se considerava a mais autoconsciente de todas as disciplinas intelectuais, mas presumia ao mesmo tempo, que algumas filosofias não-ocidentais podiam ser desprovidas dessa consciência de si mesmas (HOUNTONDJI, 2009, p. 123-124).

E tomemos ainda como exemplo:

o novo conceito de filosofia africana permitiu estabelecer uma distinção entre africanistas e africanos no campo da filosofia. Muitos dos pensadores ocidentais que escreviam profusamente sobre os sistemas de pensamento africanos deixaram de poder ser vistos como pertencentes à filosofia africana entendida neste novo sentido, ao passo que as obras dos seus pares africanos faziam parte da escrita africana sobre a etno-filosofia e, por conseguinte, parte da literatura filosófica africana. Isto não significa que as obras escritas por africanos fossem melhores, seja em que acepção do termo for (HOUNTONDJI, 2009, p. 124).

Ainda que se tenha como irrefutável o pensamento de que “[...] o Ocidente inventou uma ideia da verdade que o leva e o autoriza a compreender as outras culturas e, por conseguinte, a recuperá-las enquanto momento de uma verdade total” (ELA, 2016, p. 31), sendo que “[...] neste sentido, o Ocidente permanece um sistema de referência” (ELA, 2016, p. 31), pois “[...] foi ele que inventou os meios teóricos e práticos de uma tomada de consciência, que abriu caminho da verdade” (ELA, 2016, p. 31). Daí que devemos acolher com agrado e darmos espaços entre as nossas produções e

ninguém pode ignorar a solidariedade temática ou até mesmo a cumplicidade intelectual existente entre a etno-filosofia africana e a não-africana, nem negar a filiação genealógica que faz com que a etno-filosofia africana seja filha do envolvimento ocidental com as mundivisões exóticas (HOUNTONDJI, 2009, p. 124).

Com este olhar e perspicácia se conseguiu: “chamar a atenção para a recepção africana das tradições de investigação ocidentais e levar os acadêmicos africanos a assumir as suas responsabilidades intelectuais próprias” (HOUNTONDJI, 2009, p. 124). Ou como nos diz Jean Marc Ela: “Em África e no Ocidente, a reconquista do espírito científico representa

um desafio dos tempos atuais” (ELA, 2016, p. 67), concordamos então que “a virtude do pluralismo enquanto fator de progresso e para o facto de não só a África moderna como também a chamada África tradicional terem vivenciado o pluralismo ao longo dos tempos e em vários domínios” (HOUNTONDJI, 2009, p. 125). Por isso mesmo:

Pode dizer-se que este modo de fazer investigação promove uma atividade científica autónoma e autoconfiante. Em contrapartida, receio bem que o modo como fazemos investigação em África seja exatamente o oposto disso. As mais das vezes, tendemos a investigar temas que são do interesse, antes de mais, de um público ocidental (HOUNTONDJI, 2009, p. 127).

Contrariamente ao alerta feito acima devemos “[...] reconsiderar o investigador em África enquanto ator da mudança social” (ELA, 2016, p. 78) e também, hoje e mais do que nunca, precisamos reverter a tendência e os sentidos de nossas publicações:

A maioria dos nossos artigos são publicados em revistas científicas sediadas fora de África, destinando-se, portanto, a leitores não-africanos. Mesmo quando publicamos em África, a verdade é que as próprias revistas académicas africanas são mais lidas fora do que dentro de África. Neste sentido, a nossa atividade científica é *extravertida*, ou seja, orientada para o exterior, **destinada a ir ao encontro das necessidades teóricas dos nossos parceiros ocidentais e a responder às perguntas por eles colocadas**. O uso exclusivo de línguas europeias como veículo de expressão científica reforça esta alienação. **A maior parte dos nossos compatriotas vê-se *de facto* excluída de qualquer tipo de discussão sobre os resultados da nossa investigação, uma vez que nem sequer entende as línguas usadas**. A pequena minoria que as entende, porém, sabe que não é o primeiro destinatário, mas apenas, se tanto, testemunhas ocasionais de um discurso científico primacialmente destinado a outros. Falando sem rodeios, há que dizer que os académicos africanos têm participado, até agora, numa discussão vertical com os seus parceiros ocidentais, ao invés de entabularem discussões horizontais com outros académicos africanos (TAIWO, 1993; HOUNTONDJI, 1988a, 1990, 1995, 2006 *apud* HOUNTONDJI, 2009, p. 127-128. Gifos nossos).

Assim, propõe:

O primeiro passo nesse sentido seria talvez formular ‘problemáticas’ originais, conjuntos originais de problemas estribados numa sólida apropriação do legado intelectual internacional e profundamente enraizados na experiência africana (HOUNTONDJI, 1988b, 1997, 2002, 2007 *apud* HOUNTONDJI, 2009, p. 128).

E como tal: “em África não deveriam contentar-se em contribuir apenas para a acumulação do conhecimento sobre África, um tipo de conhecimento que é capitalizado no Norte global e por ele gerido, tal como acontece com todos os outros sectores do conhecimento científico” (HOUNTONDJI, 2009, p. 128). Portanto:

Os investigadores africanos envolvidos nos estudos africanos deverão ter uma outra prioridade: desenvolver, antes de mais, uma tradição de conhecimento em todas as disciplinas e com base em África, uma tradição em que as questões a estudar sejam desencadeadas pelas próprias sociedades africanas e a agenda da investigação por elas direta ou indiretamente determinada. Então, será de esperar que os académicos não-africanos contribuam para a resolução dessas

questões e para a implementação dessa agenda de investigação a partir da sua própria perspectiva e contexto histórico (HOUNTONDI, 2009, p. 129).

Mesmo que não pareça,

seria bom que houvesse coisas a acontecer também em África, e não sempre ou exclusivamente fora dela. Há que repor a justiça para o continente negro, fazendo com que todo o conhecimento acumulado ao longo de séculos sobre diferentes aspectos da sua vida, seja partilhado com a gente que lá vive. Há que tomar medidas adequadas no sentido de possibilitar à África proceder a uma apropriação lúcida e responsável do conhecimento disponível, bem como das discussões e interrogações desenvolvidas noutras paragens. Uma apropriação que deve ir a par com uma reapropriação crítica dos próprios conhecimentos endógenos de África e, mais do que isso, com uma apropriação crítica do próprio processo de produção e capitalização do conhecimento (HOUNTONDI, 2009, p. 129).

Como o mesmo olhar, tal como apontado por Hountondji (2009), encontramos em Ela (2016) que acredita que para lá dos conhecimentos adquiridos dos antepassados, deve a África actual se inscrever nas dinâmicas de ruptura e com isto viver num estado de espírito e numa situação de desconforto que suscite em todos nós a “emolação e a competição”, ou seja, “perante os desafios do nosso tempo, é necessário passar do conflito para o confronto dos conhecimentos” (ELA, 2016, p. 65).

Considerações Finais

Em jeito de guisa, tomamos e mais uma vez das sugestões de Hountondji (2009, p. 125), segundo este, deveríamos tentar construir em África, um modelo que fala a sua própria língua, dirigindo-se prioritariamente nas línguas de seus atores e se processando, antes de mais, por um debate inter-africano, onde os académicos se questionam mutuamente, respondendo e discutindo entre si. E, que as questões debatidas pela comunidade sejam largamente partilhadas, o que permite o desenvolvimento de um debate que é horizontal e tem uma sustentação própria.

A ser assim, somos chamados todos académicos e intelectuais (pesquisadores e investigadores), e no caso particular das IES em Cabinda, a publicarmos os escritos e parte dos nossos trabalhos “em francês ou, mais frequentemente, em inglês – a nova língua franca da investigação académica internacional –, de modo a alcançarem um público mais vasto” (HOUNTONDI, 2009, p. 127). Nisso, as constatações nos demonstraram que a maioria das instituições universitárias em Cabinda não estão a um nível de produtividade aceitável e nem mesmo na qualidade que se exige das instituições modernas quanto orientação ao processo de investigação científica.

Mormente a isso, a classe docente das mesmas instituições, pouco produzem, uns por falta de meios de divulgação, outros por não compreenderem qual é o seu verdadeiro papel como docente universitário. Além das políticas dos gestores das mesmas instituições que inviabilizam os mecanismos de produção científica, bem como o dilema financiamento, já é quase inexistente o papel do Estado na garantia das condições de funcionalidade das instituições públicas.

Referências Bibliográficas:

ANGOLA, República. **Lei n.º 17/16**, de 7 de outubro, I Série- N.º 170. Aprova a Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino. Diário da República. Órgão responsável da República de Angola, Luanda, 7 de out. 2016.

ANGOLA, República. **Decreto Presidencial n.º 125/15**, Diário da República n.º 79. Série, I, Data da Publicação, 01 de junho de 2015.

ANGOLA, República. **Lei n.º 32/20**, de 12 de agosto, I Série- N.º 123. Aprova a lei que altera n.º 17/16, de 7 de outubro - Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino. Diário da República. Órgão Oficial da República de Angola, Luanda, aos 7 de agosto de 2020.

ARAÚJO, Laís Z. S. de. Aspectos éticos da pesquisa científica, **Pesqui Odontol Bras**, 2003, 17(Supl 1), p. 57-63.

CÉSAR, Sandro B. **A indissociabilidade ensino, pesquisa, extensão e a gestão do conhecimento: Estudo em universidade brasileira**, Belo Horizonte. 2013.

CIENCIA, Portal. “**Só com homens e com livros, se constrói uma Nação**”, disponível em: <https://ciencia.ao/noticias/ensino-superior/item/816-so-com-homens-e-com-livros-se-constroi-uma-nacao-leia-o-discurso-do-presidente-da-republica>. Acessado em 20 de abril de 2022.

FUTI, Xavier Alfredo da Silva. **A investigação Científica: Análise do perfil acadêmico dos estudantes do ISCED-Cabinda face a investigação “Estratégias e Políticas”**. Cabinda: Novas Edições Acadêmicas, 2016.

HOUNTONDJI, Paulin J. Conhecimento de África, Conhecimento de africanos: duas perspectivas sobre os estudos africanos. In: SANTOS, Boaventura de Sousa e MENESES, Maria Paula (Orgs). **Epistemologias do Sul**, Coimbra (Portugal): Edições Almedina, 2009.

JAPÃO, Embaixada da República de Angola no. “**Discurso de sua excelência João Lourenço, presidente da república de angola, na universidade de Havana**”, disponível em: <https://novojournal.co.ao/politica/interior/angolacuba-pr-quer-mobilidade-de-academicos-e-investigadores-e-projectos-de-investigacao-conjuntos-73478.html>. Acesso em 15 de maio de 2022.

JORNAL DE ANGOLA [online] “**A investigação científica em Angola**”, disponível em <https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/detalhes.php?id=425074>. Acesso em 7 de março de 2022.

KELLY, Cristine Oliveira Meira e PATRÍCIA, Nasser de Carvalho. **Comunidade para o desenvolvimento da África austral (SADC):** integração regional e desenvolvimento, Diamantina (MG): UFMG/CEDEPLAR, 2019, disponível em https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/download/diamantina-2019/D18_206.pdf. Acesso em 24 de abril de 2022

MONTE, Any F. **Reflexões sobre extensão e universidade no contexto atual**, Monografia (Especialização em Docência do Ensino Superior). Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2005.

MUALUNGA, Elizabeth Ludmila Firmino e JOSSUÉ, Emilio Jeremias. **A formação, a investigação científica e a extensão universitária em Angola:** Principais pressupostos no plano das intenções declaradas, <https://www.aforges.org/wp-content/uploads/2019/06/12>. Acesso em 14 de maio de 2022

NETO, Paulo Elpídio de M. **Universidade:** ação e reflexão. Fortaleza: Edições UFC; Imprensa Universitária. 1983.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Os processos da globalização. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **A Globalização e as Ciências Sociais**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

Recebido: 02-07-2022

Aprovado: 31-10-2022

Publicado: 30-11-2022

Notas:

¹ Doutor em História no Programa de Pós-Graduação em História do CFH-UFSC (2022). Mestre em Educação: Conhecimento e Inclusão Social, pela FaE- UFMG (2014); Licenciatura em Direito pelo ISP Lusíada de Cabinda (2013), e Licenciatura em História pelo ISCED-UAN (2009). Docente do Instituto Superior de Ciências da Educação de Cabinda (ISCED-CABINDA/Angola), na categoria de Professor Auxiliar no Departamento de Ensino e Investigação em História (desde 2011). Jurista e Advogado Estagiário no Escritório de Advocacia MEM. Inscrito na Ordem dos Advogados de Angola (O.A.A.), com o nº 5.087 da Cédula Profissional de Advogado Estagiário. Atualmente é Vice-Presidente para os Assuntos Científicos e Pós-Graduação do ISCED-CABINDA. E-mail: jpakamassanga1@hotmail.com / <https://orcid.org/0000-0001-9271-1923>

² Doutor em Ciências da Educação pela Universidade San Lorenzo (Paraguai, 2015). Mestre em Educação, na especialidade de Ensino Primário, pela Atlantic International University (USA, 2011). Licenciatura em Ciências da Educação, opção Ensino da Matemática, pela Universidade Agostinho Neto (Angola, 2008). Professor Auxiliar e Docente do Instituto Superior de Ciências da Educação, do departamento de Ensino e Investigação em Educação de Infância e Ensino Primário. É também Docente dos cursos de graduação e Pós-graduação nas disciplinas de Metodologia de Investigação Científica, Metodologia de Investigação em Educação, Seminários de elaboração de trabalhos de fim do curso, Seminário de Educação Primária, Habilidades de Desenvolvimento profissional em Matemática. É Coordenador Ajunto para Assuntos Científicos do Instituto Superior Politécnico Evangélico Gamaliel de Angola e Coordenador do Núcleo Provincial do Sindicato de Professores das instituições públicas do Ensino Superior em Cabinda. E-mail: xasfuti@yahoo.com.br / <https://orcid.org/0000-0002-9723-9311>

